Actas do Colóquio Internacional Literatura e História, Porto, 2004, vol. I, pp. 321-327

LITERATURA E COMEMORAÇÃO:

O descobrimento do Brasil em dois romances do século XIX

MARIA ISABEL JOÃO
(Univ. Aberta)

Nas últimas décadas do século XIX realizaram-se várias comemorações de centenários em Portugal. A ideia não era original e os portugueses limitaram-se a seguir uma moda que, na altura, se tinha instalado em vários países europeus, com destaque para a França. O tricentenário da morte de Camões, realizado em 1880, foi inspirado pelo duplo centenário de Voltaire e de Rousseau, celebrado em 1878. Depois dele o país *centenarizou* – para usar um termo inventado por Eça de Queirós, em 1898 – várias figuras da história nacional, como o Infante D. Henrique e Santo António, e os acontecimentos mais emblemáticos dos descobrimentos portugueses. Em 1897-1898, a Sociedade de Geografia de Lisboa empenhou-se na comemoração da viagem de Vasco de Gama e, dois anos mais tarde, foi a vez do descobrimento do Brasil. Mas a conjuntura difícil do Estado português, assoberbado pela crise política e financeira dos anos 90, e as relações tensas com a República brasileira não propiciaram as condições para grandes celebrações públicas, em 1900. As cerimónias decorreram de forma discreta, passando quase despercebidas da opinião pública.

Apesar disso, dois autores viram na viagem da armada comandada por Pedro Álvares Cabral e no desembarque em terras americanas os ingredientes dramáticos necessários para escreverem romances históricos. Trata-se de um género muito popular na época que consistia em recriar os factos históricos com a liberdade permitida pela ficção. Fazia-se, assim, um casamento entre a narrativa do que aconteceu – que era a preocupação central dos historiadores, no quadro da concepção "positivista" da história – e a visão romântica mais atenta ao drama humano. As fronteiras entre o romance e a história eram, naquela altura, bastante fluídas. Basta pensarmos no projecto das grandes biografias heróicas de Oliveira Martins, de que é um magnífico exemplo a obra sobre *Os Filhos de D. João I*, publicada em 1889-1890, na *Revista Portugal*, para percebermos que o historiador não desdenhava utilizar os recursos do romancista para poder ressuscitar as suas personagens históricas. O que se pretendia era que a história contada se tornasse mais viva, mais próxima dos leitores e impressionasse tanto a memória como a imaginação. Aliás, dificilmente se pode atingir uma sem a outra. Para se situar no passado é necessário fazer um esforço para imaginar e recriar os acontecimentos, os contextos, os ambientes. E, ao mesmo tempo, só desse modo é possível incorporá-lo na memória e fazer com que passe a fazer parte do nosso presente. Como muito bem viu Santo Agostinho, «o presente do passado é a memória»[1].

[1] Citado por Joël Candau, *Anthropologie de la mémoire*, Paris, PUF, 1996, p. 25.